

TEORÍAS DE LA INTENCIONALIDAD **María del Carmen Paredes Martín**

Madrid, Editorial Síntesis, 2007

O tema da intencionalidade é tão antigo como a própria história da filosofia, se bem que as suas formulações, o seu âmbito, e as teorias propostas tenham sido tão variadas, e tenham sofrido tantas transformações que se torna difícil uma abordagem sistemática deste mesmo conceito central e recorrente ao longo da história do pensamento.

No Prólogo do livro de María del Carmen Paredes Martín, o modo como o projecto do livro é apresentado, indica bem esta dificuldade de tratar do problema na sua radicalidade, de uma forma sistemática: “Apresentam-se aqui algumas teorias da intencionalidade que tiveram e continuam a ter grande influência no panorama filosófico actual”. O ponto de partida é a célebre tese de Brentano que indiscutivelmente teve o mérito de trazer de volta a tradição aristotélica e escolástica no que se refere a este tema. Trata-se, portanto, de uma exposição de algumas das teorias a partir de Brentano – as concepções da intencionalidade em Husserl, Heidegger, Merleau Ponty – e das transformações desta mesma noção no contextos da filosofia analítica e da filosofia da mente contemporâneas.

Depois de uma breve introdução – “Intencionalidade, história de um conceito”, o livro divide-se em três Partes: I - Teorias clássicas da intencionalidade, que consta de um capítulo dedicado a Brentano e outro a Husserl; II – Intencionalidade e ser no mundo, com um capítulo dedicado a Heidegger e outro a Merleau-Ponty; III – Intencionalidade e Linguagem, capítulos dedicados à perspectiva analítica da intencionalidade, a Chisholm e a dupla tese de Brentano a John Searle, e um último lugar, “Variedades da intencionalidade”, no qual trata da teoria da informação de Dretske, da posição de Dennett, da teoria computacional da mente de Fodor, e finalmente dedica duas páginas à fenomenologia não-intencional de Michel Henry.

É habitual na bibliografia actual sobre o tema da intencionalidade, adoptar como ponto de partida a tão conhecida e discutida tese de Brentano. No entanto, Brentano reportando-se às tradições aristotélica e escolástica, integra o problema num contexto moderno enquadrando o tema da intencionalidade na relação entre o psíquico e o físico. A formulação e reformulação das suas teses gerou no ambiente filosófico germano-austriaco dos finais do século XX, uma autêntica «revolução intelectual» e suscitou polémicas, entre os seus discípulos mais imediatos e seus seguidores, sobre o estatuto ontológico desse «objectos» intencionados pelos actos mentais. Pense-se em Meinong,

Twardoski. A tese de Brentano constitui a ponte, entre a tradição antiga e medieval nas quais se encontram já explicitações da noção de *intentio* e a tradição moderna, a partir de Descartes, na qual a noção de *representação*, «ideias na mente» imprime um modo completamente diferente de considerar o problema da intencionalidade. Todo o trabalho de Brentano para esclarecer o estatuto dos «objectos intencionados», que tantos mal-entendidos causou nos seus comentadores, é bem um índice da sua posição de mediador entre uma tradição antiga e o enquadramento moderno, representacionista. No entanto, Brentano deixou textos onde claramente rejeita uma leitura em termos psicologistas e representacionistas do seu pensamento. (Veja-se a carta a A. Marty, citada pela autora na p. 79).

A variedade das teorias escolhidas pela autora, a variedade das metodologias e dos contextos, a variedade dos pressupostos filosóficos entre as teorias ditas clássicas (as fenomenológicas), as que se situam no campo da linguagem, e as diversas tentativas que propõem uma «naturalização» da noção de intencionalidade, mostram bem a necessidade de uma formulação do problema, a partir da qual se possam situar as diferentes tentativas de respostas.

No I Capítulo, a autora propõe-se fazer uma breve «história de um conceito». Refere alguns dos sentidos do termo *intentio* na Escolástica que ocorrem em pensadores como Escoto Eriúgena, Tomás de Aquino, Duns Escoto, Ockham, e assinala a influência da terminologia e concepções escolásticas em Brentano. Spiegelberg dedicou um ensaio, ciado pela autora, “‘Intention’ and ‘Intentionality’ in the Scholastics, Brentano e Husserl”, a um confronto entre as teorias e terminologias escolásticas e as de Brentano e Husserl, e aponta para a necessidade de uma extrema cautela com a terminologia comum, empregue quer pelos medievais quer pelos fenomenólogos, para assegurar uma clara compreensão do próprio problema da intencionalidade.¹

Mas a história deste conceito começa muito antes: o problema da intencionalidade é tratado, com todas as dificuldades que envolve, pelo menos desde Parménides de Eleia, indiscutivelmente pelos sofistas – Górgias, Protágoras – por Platão que discute as questões em causa em vários diálogos. Aristóteles propõe algumas soluções teóricas, os Estoicos referem-se aos objectos de pensamento não existentes, proposições e outras entidades semânticas². Sobretudo o *De Anima* de Aristóteles é um ponto de partida para a questão sobre como pode existir *alguma coisa na mente (no espírito)* que, embora não sendo da sua natureza, no entanto também não lhe é totalmente extrínseco³.

O objectivo de María del Carmen Paredes Martín não é, evidentemente, fazer a história do conceito, mas apresentar uma amostragem de algumas teorias da intencionalidade mais representativas da fenomenologia (partindo e corrigindo Brentano), das tentativas de aceder ao problema pela via da linguagem e das actuais propostas de encontrar explicações em processos naturais – de base biológica, ou em analogia com o computacionalismo, ou em termos da teoria da informação.

¹ Cfr. também Marras, A. “Scholastic Roots of Brentano’s Conception of Intentionality”, in McAlister, L. (ed.) – *The Philosophy of Brentano*, London, Duckworth, 1976, pp. 128-139.

² Cfr. Victor Caston, “Intentionality in Ancient Philosophy” in *Stanford Encyclopedia of Philosophy*

³ Cfr. interessante ensaio de Patrice Loraux, “La Pierre dans l’Âme” in Janicaud, D. (ed.), *L’intentionnalité en question entre phénoménologie et recherches cognitives*, Paris, Vrin, 1995.

O capítulo dedicado a Brentano refere a ambiguidade do estatuto «relacional» da intencionalidade: de facto, Brentano admite que não se trata propriamente de um modo relacional mas quase-relacional (cfr. p. 63). Toda a relação parece pressupor dois termos e a peculiaridade da «relação intencional» é precisamente a possibilidade da não existência de um segundo termo. A questão é discutida nas páginas 60-65; a própria terminologia que Brentano vai adoptando para esclarecer o seu pensamento – todo o fenómeno psíquico «contém em si algo como objecto», a palavra *inexistencia*, como existir-em – aponta para uma «objectividade imanente», um conteúdo mental distinto da coisa real, existente. Mas na 2ª edição da *Psychologie* (1911), Brentano opta pelo emprego da expressão «o intencional» em vez de «o objectivo», por considerar esta última um tanto ambígua. Numa nota, explica que, se optou por esta forma de expressão, foi por considerar perigosa a confusão que resultaria de denominar o pensado com a expressão «ente objectivo pensado», pois assim o fazem os modernos... Nesta nota está patente a sua demarcação de qualquer leitura ou interpretação *representacionista* e a intenção de sublinhar claramente a sua rejeição da carga subjectivista que lhe atribuiu a filosofia da época. A *irrealidade do objecto enquanto objecto pensado*, significa que este não é senão uma via directa para dirigir-nos através dele para algo distinto do que ele é: dá-se uma abertura da consciência a termos que podem remeter para a realidade no sentido forte da expressão, sem que eles mesmos sejam realidades. Nisto consiste a estranheza própria do *ser intencional*⁴.

Os capítulos dedicados à Fenomenologia propriamente dita – Husserl, Heidegger e Merleau Ponty – são encadeados pelas críticas que cada pensador dirige a Husserl e as que este último dirige a Brentano. No fundo, o mesmo tema da intencionalidade será ampliado e visto sob novos horizontes. Não se pode dizer que haja uma continuidade mas variações que resultam precisamente de novos pressupostos que transformam e abrem diferentes vias à fenomenologia. No que diz respeito a Husserl, depois de um percurso pela sua obra desde as *Investigações Lógicas, Ideias, Meditações Cartesianas* até à *Crise das Ciências Europeias* – a autora faz-nos ver como a sua concepção da intencionalidade recobre um amplo campo de modalidades da relação consciência-mundo: desde a percepção, que ocupa um lugar significativo, até às mais diversificadas formas de acesso e de formas de acção (cfr. p. 128). Em Husserl o fenómeno da intencionalidade revela-se como a essência de qualquer experiência ou vivência, assim como a essência das reflexões metodologicamente fenomenológicas que realizam a manifestação da intencionalidade de qualquer vivência. Por isso, a intencionalidade é entendida por Husserl simultaneamente como o fenómeno fundamental que abrange o “tema principal da fenomenologia” e como o método através do qual esta se processa⁵.

⁴ A propósito dos problemas derivados da concepção relacional da intencionalidade, veja-se o artigo de John Haldane “Intentionality and one-sided relations”, *Ratio (New Series)* I, September 1996, pp. 95-114, em que propõe o retorno a uma perspectiva derivada das explicações escolásticas da intencionalidade, nomeadamente a de João de S. Tomás: “Formalmente e principalmente toda a diferença entre uma relação independente da mente e uma dependente, radica no seguinte: uma relação física tem um fundamento independente da mente com um termo coexistente, enquanto uma relação mental carece desse fundamento”, *Cursus Philosophicus: Ars Logica; Tractatus de Signis*.

⁵ Cfr Husserl, *Ideas I*, § 84, 199, Trad. inglesa de F. Kersten, Kluwer Academic Publishers, Dordrecht/Boston/London, 1983

O confronto entre a noção de intencionalidade de Husserl e Heidegger tem sido objecto de uma vasta literatura: a tendência que prevalece é a de considerar as disquisições de Heidegger sobre a prioridade fenomenológica da *Seinsfrage* e a conseqüente analítica existencial mais convincente do que a atitude cognitiva ou teórica de Husserl. Assim, as teses heideggerianas sobre o estatuto derivativo, e portanto «ôntico» da intencionalidade são explícita ou implicitamente aprovadas⁶. No capítulo dedicado a Heidegger, a autora não se pronuncia explicitamente sobre o resultado deste confronto. Para tal seria necessária uma exposição mais abrangente da fenomenologia de Husserl e da analítica existencial de Heidegger. No que se refere ao problema da intencionalidade, conclui que uma “teoria baseada na consciência é para Heidegger uma relação tematizada sob a perspectiva cognoscitiva, um fenómeno ôntico e derivado em relação à autêntica transcendência, isto é, em relação à abertura extática da qual surge o comportamento intencional” (p. 162).

Com Merleau-Ponty, a intencionalidade assume uma outra ampliação de horizonte: a consciência «incarnada» no «corpo próprio» constitui uma unidade que dissolve qualquer pseudo dualismo entre o psíquico e o fisiológico, o corpóreo e o mental. O sujeito da intencionalidade (que não é o *cogito* desincarnado, mas o eu-corpo-próprio) abarca novas modalidades simbólicas, expressivas. O capítulo dedicado a Merleau-Ponty refere no final uma ideia fundamental na fenomenologia pontiana, que é a de expressão. A corporeidade apresenta-se como um exemplo emblemático da fusão entre símbolo e sentido, numa anulação de qualquer distanciamento ou duplicidade, que o torna em autêntico e pleno sujeito intencional, sem necessidade de recorrer a mediações: “a presença do pensamento no mundo sensível mediante a palavra não é aleatória, pois o pensamento não existe fora do mundo e das palavras”, escreve María del Carmen Martín, e cita umas palavras de *Sobre a fenomenologia da linguagem*: “a intenção significativa em mim [...] não é de momento [...] mais do que um *vazio determinado* a preencher com palavras”. O pensamento tende para expressão como seu preenchimento e acabamento, não é um pressuposto anterior à palavra, não é uma representação, no sujeito, não põe expressamente objectos ou relações: a sua palavra, o seu gesto, toda a sua expressividade é o seu pensamento.

A III Parte – Intencionalidade e Linguagem – aborda um amplo leque de problemas tratados na filosofia analítica e na filosofia da mente contemporâneas. A autora explica a «viragem linguística» aplicada à intencionalidade como diversas tentativas de eludir as possíveis confusões ontológicas derivadas da concepção de Brentano, tanto no que diz respeito à noção de “objecto intencional”, como ao estatuto dos estados intencionais (p. 198). De facto, a noção de «objectos inexistentes» levanta problemas à teoria da referência, discutidos por Russell (veja-se sobretudo “On Denoting”), Frege (que introduz a distinção entre sentido e referência), por Quine (que contorna o problema com a tese da indeterminação a tradução). No âmbito linguístico, a referência surge como análoga à noção mais ampla de intencionalidade, embora não coincida com esta. Na análise da linguagem, mais precisamente na semântica, cruzam-se as questões da referência com as da intencionalidade, mas não se identificam.

⁶ Cfr. Hopkins, Burt C. – *Intentionality in Husserl and Heidegger. The Problem of the Original Method and Phenomenon of Phenomenology*, Kluwer Academic Publishers, Dordrecht/Boston/London, 1993, p. 217.

A noção de sentido, introduzida por Frege, tem sido aproximada com a de *noema* em Husserl. Por exemplo, Føllesdal defende que alguns dos problemas mais característicos de Husserl poderão ser elucidados através de uma comparação com os de Frege⁷. Dreyfus afirma mesmo que a análise de Husserl das expressões linguísticas assemelha-se à distinção entre ideia, sentido e referência no artigo de Frege “Sobre o Sentido e a Referência”. Husserl teria aceite e aplicado as distinções fregeanas, alterando-lhes apenas a terminologia⁸.

Estas afinidades contribuíram para uma aproximação da distinção de Frege ao enquadramento intencionalístico⁹. Assim, a continuidade na passagem da fenomenologia à filosofia analítica encontrar-se-ia bem fundada nos estudos comparativos entre Husserl e Frege. E a ampliação da noção de intencionalidade para o âmbito da linguagem não pressuporia nenhuma descontinuidade, pelo contrário, essa imbricação estaria já presente em Husserl, nomeadamente nas *Investigações Lógicas*.

Chisholm transfere o exame da intencionalidade para o exame dos enunciados utilizados para descrever e atribuir intencionalidade, considerando a intencionalidade como um triplica critério de intencionalidade (p. 228). Este «critério de trabalho» está directamente relacionado com a tese de Brentano: o exame semântico de Chisholm pretende mostrar que o carácter referencial da linguagem só se pode entender a partir da intencionalidade, pois as tentativas de eliminar a intencionalidade através da tradução de descrições intencionais para descrições condutistas e fisicalistas, falham. Neste sentido, Chisholm é um caso particular de um filósofo analítico contemporâneo que se propõe mostrar a irredutibilidade do intencional a processos naturalistas, defendendo com argumentos semânticos a peculiaridade do *intencional*. Embora o próprio Chisholm tenha reconhecido que os critérios de intencionalidade a partir da intencionalidade não são exclusivos de enunciados intencionais¹⁰, pois há outras modalidades de enunciados intencionais que também os satisfazem, são de considerar os pressupostos que levaram Chisholm a esta transferência da intencionalidade para um exame puramente semântico: por um lado, garantir a independência da intencionalidade da existência real dos objectos, por outro lado tentar confirmar pela via linguística a tese de Brentano, a distinção entre o mental, psicológico e o físico.

Note-se ainda que, apesar da insuficiência dos critérios de Chisholm, estes aplicar-se-iam plenamente aos verbos perceptivos, indicando o seu carácter nitidamente intencional, mostrando a possibilidade de caracterizar a dimensão intencional da percepção, sem invocar noções como “conteúdo” perceptivo ou “conteúdo” da consciência.¹¹

⁷ Cfr. Føllesdal, D. – *Husserl und Frege*, Aschehoug, Oslo, 1969; Mohanty, J. N. – *Husserl and Frege*, Indiana University Press, Bloomington, 1982.

⁸ Cfr. Dreyfus, H. L. “Husserl’s Perceptual Noema” in (ed.) Dreyfus, H. L. – *Husserl Intentionality and Cognitive Science*, Cambridge Mass., The MIT Press, 1982, pp. 99-100.

⁹ Cfr. Bar-Elli, G. – *The Sense of Reference. Intentionality in Frege*, Berlin, New York, Walter de Gruyter, 1996: “Frege’s philosophy is seen [...] as integrating central themes in ontology, philosophy of mind and philosophy of language. The main constraints on the notions involved are derived from their role in a theory of meaning but some of their substantial features are derived from the intentionality of thought – its directedness to objects – and from its objectivity...”

¹⁰ Cfr. as objecções de Mohanty, J. N. - *The Concept of Intentionality*, St Louis, Missouri, Warren H. Green, Inc., 1972, p. 26-35.

¹¹ Cfr. Chisholm, R. – *Perceiving: A Philosophical Study* Ithaca, New York, 1957.

A teoria de Searle, apresentada no capítulo 8, pode bem ser considerada como uma quase transição para as “Variedades da Intencionalidade”, cujas teorias se caracterizam fundamentalmente por propostas de naturalização da intencionalidade. É certo que Searle afirma peremptoriamente a existência de «estados intencionais». E o seu exame da intencionalidade situa-se no seguimento da noção de actos de fala, trabalhada e desenvolvida por Searle a partir da sua introdução por Austin. Mas a sua teoria da intencionalidade pressupõe o «naturalismo biológico», que torna difícil saber exactamente o que entende Searle por consciência e intencionalidade. A posição filosófica de Searle parece bastante ambígua, porque exigiria pressupostos neurobiológicos que a ciência não pode ainda assegurar; assenta na confiança (não totalmente fundada) em que a neurobiologia virá um dia a confirmar as hipóteses do seu naturalismo biológico. Todo o último capítulo de *Intentionality* – “Intentionality and the brain” – revela bem a tentativa de conciliar o seu naturalismo biológico com a afirmação da realidade da consciência e de estados intencionais: “No meu entender, os estados mentais são tão reais como qualquer outro fenómeno biológico, tão real como a lactação, a fotosíntese, a mitose ou a digestão” afirma Searle. Põe-se então o dilema da causação mental: ou os estados mentais são a causa dos fenómenos físicos e comportamentais, e estamos então perante uma relação misteriosa, ou consideramos que todas as leis causais são leis físicas, e então não haverá qualquer eficácia para os aspectos mentais dos estados mentais. A solução proposta por Searle para dissolver o dilema é considerar que os estados mentais são ao mesmo tempo *causados pelas* operações do cérebro e *realizados na* estrutura do cérebro e de todo o sistema nervoso central. Glozando esta simples explicação, Searle pensa desmitificar o clássico problema corpo-mente (cfr pp. 264-271).

No final de *Intentionality*, Searle admite que, no estado actual dos nossos conhecimentos neurofisiológicos, apenas pode apresentar como mera especulação a tese de que o modo como o cérebro produz intencionalidade, será certamente regido por princípios tão diferentes como diferentes são os princípios da mecânica quântica dos da mecânica newtoniana; mas sejam quais forem os princípios de uma explicação adequada do cérebro, terão de reconhecer a realidade da intencionalidade do cérebro e explicar as suas capacidades causais. A questão que fica a pairar é: será que a neurobiologia encontrará de facto uma explicação satisfatória e adequada para a complexidade da pragmática linguística e da acção intencional desenvolvida por Searle?

O capítulo final refere diversas teorias que têm em comum o fito de «naturalizar» a intencionalidade, isto é, de explicá-la com base exclusiva em conceitos das ciências naturais. A estratégia adoptada para este projecto é a de isolar o problema da intencionalidade do problema da consciência.¹²

Com razão, observa a autora: “... trata-se de explicar a intencionalidade a partir do que não é: com efeito, o objectivo consiste em conhecer não a própria intencionalidade mas os ingredientes não intencionais de que esta se compõe e saber como, a partir destes, se obtém o resultado de uma intencionalidade que não se encontra neles.” (p. 272)

¹² Cfr. Fodor, J. “Too hard for our kind of mind”, *London Review of Books*, 13:12, June 27, 1991, 12: “It used to be universally taken for granted that the problem about consciousness and the problem about intentionality are intrinsically linked [...] Dividing and conquering – concentrating in intentionality and ignoring consciousness – has proved a remarkable successful research strategy so far.”

Estamos perante uma transformação radical do problema que, com pressupostos muito diferentes, como o da identidade mente-cérebro, se apropria da metodologia fenomenológica. Para Dreyfus, as análises husserlianas das vivências e das suas estruturas constituiriam um ponto de referência fundamental para a ciência cognitiva (cfr p. 289). Na Introdução a *Husserl Intentionality & Cognitive Science*, Dreyfus vê na noção de *noema* como “uma estrita regra para sínteses possíveis”¹³, uma possível antecipação do que Fodor designa por teoria computacional da mente. A arqueologia do cognitivismo, computacionalismo e problemas da Inteligência Artificial, mostra um fio directo desde Hume a Kant, a Husserl, até Fodor.

Vem a propósito referir uma observação de Marc Richir, no início de um ensaio sobre a intencionalidade em Husserl e na fenomenologia: “No caos actual onde, tal como uma moeda usada, o conceito de intencionalidade é posto a circular em todos os sentidos possíveis – ao ponto absurdo de não significar mais do que a relação física ou quase-física de um receptor com um emissor de sinais, como se o circuito eléctrico que desencadeia o movimento de uma escada rolante tivesse uma “intencionalidade” em relação à passagem do peão que corta num instante o fluxo luminoso, - será talvez preferível, (...) voltar a um texto de Husserl em que este condena este tipo de análises.”¹⁴

Em *Teorías de la Intencionalidad*, María del Carmen Paredes Martín percorre algumas das principais concepções da intencionalidade do século XX, a partir da tese de Brentano. O percurso é sinuoso devido às próprias transformações dos pressupostos filosóficos que estão na base das diversas teorias: da fenomenologia clássica de Husserl até às actuais propostas de «naturalizar» a intencionalidade, desvinculando-a de qualquer compromisso com noções que não tenham uma base estritamente científica. O livro proporciona uma informação rica e abundante, muito útil para repensar o tradicional problema da intencionalidade, tendo em conta esta variedade de teorias e os novos conhecimentos actuais das ciências cognitivas e neurológicas. É, portanto, um bom instrumento de trabalho e um ponto de partida para prosseguir a difícil tarefa de compreender e explicar satisfatoriamente o problema. Estão lançados os dados para um diálogo filosófico que, como é próprio da filosofia, será sempre reiterado na busca de novos aspectos latentes em todo o percurso anterior.

Maria Luísa Couto Soares
Universidade Nova de Lisboa

¹³ Husserl, E. - *The Paris Lectures*, The Hague: Nijhoff, 1967, p. 24.

¹⁴ Richir, Marc, - “Sur l’intentionnalité chez Husserl et en phenomenologie”, *Análise*, n. 22, 2001, p. 3. O texto a que se refere Marc Richir é *Zur Phänomenologie der intersubjektivität, Dritter Teil: 1929-1935*, vol XV *Husserliana*, pp 122-124.